



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONTEXTO DE INFLUÊNCIA E OS NOVOS ATORES

Micheli Bordoli Amestoy, discente de pós-graduação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Kélli Renata Corrêa de Mattos, discente de pós-graduação, UFSM, Bruna Tafarel Silva, discente de pós-graduação, UFSM, Deborah Karla Calegari Alves, discente de pós-graduação, UFSM, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto, docente, UFSM.

micheliamestoy@gmail.com

As políticas públicas brasileiras têm passado por significativas mudanças nos últimos anos. Esse movimento ocorre também no cenário educacional, em especial, no currículo escolar. Compreende-se a relevância de tecer discussões acerca da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seus desdobramentos na Reforma do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017). Assim, o objetivo deste estudo é analisar o contexto de influência da elaboração da BNCC e seus efeitos para a Educação Básica, em especial no Ensino Médio. Pensando nisso, a pesquisa consiste em uma análise bibliográfica e documental, baseada em produções científicas e textos oficiais que fundamentam a discussão da temática. Espera-se assim retratar o contexto de influência a partir do Ciclo de Políticas proposto por Stephen Ball e colaboradores, visando identificar os diferentes atores que exerceram influência ao longo da construção da BNCC. Percebe-se, especialmente depois dos anos 1990, uma grande influência global e internacional na formulação de políticas nacionais na área da educação. Para além da influência de organismos como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tem-se, mais recentemente, a formação do que Ball chama de “rede global de política educacional” onde atuam organizações filantrópicas e fundações que, apesar de não terem legitimidade política, estabelecem entre si relações ligadas à políticas, se estendendo pelo mundo e adentrando os mais diferentes países. Esses atores direcionam as tomadas de decisões na educação, definindo quais são as competências e habilidades necessárias e desejáveis. As políticas passaram a adotar e/ou corroborar o discurso neoliberal, que viabiliza uma educação mercantil, apostando na comercialização do conhecimento e na relação público-privado do ensino. Neste contexto gerencialista, os estudantes podem optar por uma formação profissional técnica durante o ensino médio. As elites financeiras relacionadas às instituições de ensino buscam, baseados numa flexibilização curricular que trabalha no sentido de fragmentar o ensino, qualificar os alunos para atender as demandas voláteis do mercado de trabalho. Um dos efeitos da atuação de uma Base nacional e dos Itinerários Formativos na educação básica é a concatenação de mudanças no

intuito de buscar pelo alinhamento das políticas educacionais, o que impactará diretamente nos cursos de formação de professores, produção de materiais didáticos e nas matrizes/ estruturação das avaliações externas.

Agradecimentos: Ao Grupo de Pesquisa IDEIA - Educação em Ciências/UFSM e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Palavras-chave: Políticas Públicas; BNCC; Reforma do Ensino Médio.